

No. 28525

**BRAZIL
and
LATIN-AMERICAN CENTRE FOR PHYSICS**

**Agreement concerning the obligations, rights and privileges
of the Centre in Brazilian territory. Signed at Brasília on
15 December 1989**

Authentic text: Portuguese.

Registered by Brazil on 16 December 1991.

**BRÉSIL
et
CENTRE LATINO-AMÉRICAIN DE PHYSIQUE**

**Accord relatif aux obligations, droits et privilèges du Centre
en territoire brésilien. Signé à Brasília le 15 décembre
1989**

Texte authentique : portugais.

Enregistré par le Brésil le 16 décembre 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O CENTRO LATINO-AMERICANO DE FÍSICA
SOBRE SUAS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E PRIVILÉGIOS EM
TERRITÓRIO BRASILEIRO

O Governo da República Federativa do Brasil
(doravante denominado "Governo")

e

O Centro Latino-Americano de Física
(doravante denominado "Centro"),

Considerando a resolução 2.121 da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de 1 de dezembro de 1970, bem como a resolução 72 do Conselho Executivo daquela Organização, datada de 7 de junho de 1961;

Considerando que, em virtude de tais resoluções, o Governo ofereceu estabelecer a sede do Centro em território brasileiro;

Considerando que, a 26 de março de 1962, foi assinado, pelos países interessados, o Acordo que Institui o Centro Latino-Americano de Física, o qual entrou em vigor em 10 de junho de 1965;

Considerando que o Governo promulgou o Acordo que Institui o Centro Latino-Americano de Física pelo Decreto n.º 54.289, de 16 de setembro de 1964, e

Considerando que o Artigo X, parágrafo 2 do referido Acordo prevê que o Governo e o Centro firmarão um Acordo pelo qual o Governo proporcionará os direitos e privilégios de um organismo internacional intergovernamental,

Acordam o seguinte:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1

Personalidade e Capacidade Jurídica

O Governo reconhece ao Centro personalidade jurídica própria e capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações, com vistas à execução de atos jurídicos inerentes ao cumprimento de suas funções, em conformidade com a legislação brasileira.

II. RECONHECIMENTO, FUNÇÕES, REPRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DO CENTRO

ARTIGO 2

Reconhecimento e Funções

O Governo reconhece a sede que o Centro estabeleceu no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas na cidade do Rio de Janeiro, sede essa em que o Centro exercerá as funções que lhe forem atribuídas por seu Conselho Diretor, em conformidade com o Acordo Constitutivo.

ARTIGO 3

Representação

O Centro será dirigido por um Diretor que será seu representante legal, por delegação do Conselho Diretor.

ARTIGO 4

Objetivos

Os objetivos principais do Centro serão:

- a) realizar pesquisas científicas e organizar o ensino especializado no domínio das ciências físicas, dedicando seu máximo interesse à formação e treinamento de pesquisadores e professores universitários na América Latina, bem como a somar esforços para a realização de programas de maior envergadura no campo da física;

- b) ajudar na criação de grupos de pesquisas físicas, particularmente nos países em que tais grupos não existam ainda;
- c) desenvolver, nos diversos ramos da física, programas especiais que se fizerem necessários, em particular concernentes a problemas de interesse nacional para um ou mais Estados membros, incluindo os assessoramentos técnicos que sejam solicitados.

III. FINANCIAMENTO DO ESCRITÓRIO

ARTIGO 5

Orçamento do Centro

5.1. O Conselho Diretor destinará, para a manutenção do Centro, a dotação que for aprovada com esse fim no respectivo orçamento-programa, assim como outros recursos que vierem a ser alocados para este fim.

5.2. Os recursos financeiros de que dispuser o Centro serão constituídos por:

- a) contribuições anuais dos Estados membros;
- b) doações, legados e subvenções que possa receber;
- c) outras fontes permitidas por lei.

IV. PRIVILEGIOS E IMUNIDADES

A.) DE CARÁTER INSTITUCIONAL

ARTIGO 6

Privilégios e Imunidades em Geral

O Governo reconhece que o Centro gozará, no território brasileiro, dos privilégios e imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização de seus propósitos, de acordo com o Artigo X, parágrafo 2, do Acordo Constitutivo, e em conformidade com a legislação brasileira.

ARTIGO 7**Inviolabilidade**

O local, bens, arquivos e correspondência do Centro serão invioláveis e não poderão ser objeto de busca, requisição ou medida de execução.

ARTIGO 8**Condições Monetárias e Cambiais**

O Centro gozará, no que se refere à regulamentação de transferência de divisas, das facilidades que o Governo conceder para seu adequado funcionamento.

ARTIGO 9**Tributos**

O Centro terá isenção fiscal de impostos federais incidentes sobre a importação ou exportação, para seu uso oficial, de objetos de caráter técnico ou científico, cuja lista será previamente submetida ao Ministério das Relações Exteriores. Os objetos importados com franquias aduaneiras não poderão ser vendidos no território brasileiro.

ARTIGO 10**Comunicações**

O Centro gozará, no Brasil, para suas comunicações oficiais, de facilidades semelhantes às concedidas pelo Governo a organismos assemelhados, em matéria de prioridades, tarifas e taxas referentes a comunicações postais e telegráficas.

ARTIGO 11**Funcionários**

Dentro das normas legais em vigor, o Governo adotará as medidas que julgar oportunas para facilitar a entrada, a saída e a permanência em território brasileiro:

- a) dos representantes dos Estados membros do Centro Latino-Americano de Física nas reuniões por ele convocadas;

- b) dos membros do Conselho Diretor o do seus suplentes;
- c) dos funcionários e assessores que não sejam de nacionalidade brasileira, convocados pelo Diretor para participar de trabalhos do Centro Latino-Americano de Física.

B.) DE CARÁTER PESSOAL

ARTIGO 12

Diretor

O Governo concederá ao Diretor do Centro e a seu substituto legal facilidades necessárias ao desempenho de suas funções.

ARTIGO 13

Funcionários Estrangeiros

Os funcionários do Centro que não sejam de nacionalidade brasileira nem tenham no Brasil residência permanente serão isentos de tributos com relação aos seus salários, benefícios e demais emolumentos recebidos do Centro.

ARTIGO 14

Funcionários Contratados e Especialistas Internacionais

O Diretor do Centro comunicará ao Ministério das Relações Exteriores a relação dos funcionários contratados por tarefa e outros especialistas internacionais designados ao país em missão oficial do Centro, para seu conhecimento e para fins de quaisquer cortesias ou prerrogativas que lhes forem aplicáveis de acordo com a legislação em vigor.

V. DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 15

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia sobre a aplicação ou interpretação das disposições deste Acordo será submetida a um processo de solução

acordado entre o Governo e o Conselho Diretor, conforme os costumes internacionais.

ARTIGO 16

Emendas

O presente Acordo poderá ser revisto por entendimento entre o Governo e o Centro.

ARTIGO 17

Vigência

Este Acordo entrará em vigor na data em que o Governo informar ao Centro, por via diplomática, de que foram cumpridas suas formalidades legais internas. Qualquer das Partes poderá notificar a outra do seu desejo de denunciar o presente Acordo, com um ano de antecedência.

Feito em Brasília, aos 15 dias do mês de dezembro de 1989, em dois exemplares originais em português.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Centro
Latino-Americano
de Física:

[Signed — Signé]

JUAN JOSÉ GAMBIAGI

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE LATIN AMERICAN PHYSICS CENTRE CONCERNING ITS OBLIGATIONS, RIGHTS AND PRIVILEGES IN BRAZILIAN TERRITORY

The Government of the Federative Republic of Brazil (hereinafter referred to as “the Government”) and the Latin American Physics Centre (hereinafter referred to as “the Centre”),

Having in mind resolution 2.121 of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), dated 1 December 1970, and resolution 72 of the Executive Board of that Organization, dated 7 June 1961,

Considering that, under the terms of those resolutions, the Government offered to establish the headquarters of the Centre in Brazilian territory,

Considering that, on 26 March 1962, the Agreement establishing the Latin American Physics Centre,² which entered into force on 10 June 1965, was signed by the countries concerned,

Considering that the Government promulgated the Agreement establishing the Latin American Physics Centre by Decree No. 54,289 of 16 September 1964, and

Considering that article X, paragraph 2, of the aforementioned Agreement stipulates that the Government and the Centre shall conclude an agreement under which the Government shall grant the rights and privileges of an intergovernmental international organization.

Have agreed as follows:

I. GENERAL PROVISIONS

Article 1

PERSONALITY AND LEGAL CAPACITY

The Government recognizes that the Centre has its own legal personality and capacity to acquire rights and assume obligations with a view to the performance of legal acts required for the exercise of its functions, in accordance with Brazilian legislation.

¹ Came into force on 22 November 1991, the date on which the Government of Brazil informed the Centre of the completion of its internal procedures, in accordance with article 17.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 539, p. 67.

II. RECOGNITION, FUNCTIONS, REPRESENTATION AND PURPOSES OF THE CENTRE

Article 2

RECOGNITION AND FUNCTIONS

The Government recognizes the headquarters established by the Centre at the Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas in the city of Rio de Janeiro, in which the Centre shall exercise the functions assigned to it by its Governing Council, in accordance with the Agreement which established it.

Article 3

REPRESENTATION

The Centre shall be administered by a Director who shall be its legal representative, delegated by the Governing Council.

Article 4

PURPOSES

The main purposes of the Centre shall be:

(a) To carry out scientific research and organize specialized instruction in the physical sciences, concentrating primarily on regular and advanced training of research physicists and university teachers in Latin America and on the coordination of efforts to implement large-scale programmes in the field of physics;

(b) To assist in establishing research groups in the field of physics, particularly in countries where no such groups exist;

(c) To carry out such special programmes as are required in the various branches of physics, particularly with regard to problems of national interest for one or more member States, and to provide technical advice upon request.

III. FINANCING OF THE OFFICE

Article 5

BUDGET OF THE CENTRE

5.1 The Governing Council shall allocate for the maintenance of the Centre the appropriation approved for that purpose in the relevant programme budget, together with any other resources made available for the purpose.

5.2 The financial resources of the Centre shall consist of:

(a) Annual contributions by member States;

(b) Gifts, bequests and subsidies which it may receive;

(c) Other sources permitted by law.

IV. PRIVILEGES AND IMMUNITIES

A. INSTITUTIONAL

Article 6

PRIVILEGES AND IMMUNITIES IN GENERAL

The Government recognizes that the Centre shall enjoy in Brazilian territory such privileges and immunities as are necessary for the exercise of its functions and the fulfilment of its purposes, in accordance with article X, paragraph 2, of the Agreement which established it and in conformity with Brazilian legislation.

Article 7

INVIOLABILITY

The premises, property, archives and correspondence of the Centre shall be inviolable and shall be immune from search, requisition or measure of execution.

Article 8

CURRENCY AND EXCHANGE CONDITIONS

The Centre shall enjoy, in regard to the regulations governing the transfer of foreign currency, such facilities as the Government grants for its proper functioning.

Article 9

TAXES

The Centre shall be exempt from federal taxes on the import and export, for its official use, of technical or scientific articles, a list of which shall be submitted in advance to the Ministry of Foreign Affairs. Articles imported free of customs duties may not be sold in Brazilian territory.

Article 10

COMMUNICATIONS

In Brazil, the Centre shall enjoy for its official communications facilities similar to those granted by the Government to bodies of a substantially similar nature in the matter of priorities, tariffs and taxes on postal and telegraphic communications.

Article 11

OFFICIALS

Under the legal provisions in force, the Government shall adopt such measures as it deems appropriate to facilitate the entry, departure and stay in Brazilian territory of:

- (a) Representatives of the member States of the Latin American Physics Centre attending meetings convened by the Centre;
- (b) Members of the Governing Council and their alternates;
- (c) Staff members and advisers who are not of Brazilian nationality and who have been invited by the Director to participate in the work of the Latin American Physics Centre.

B. PERSONAL

Article 12

DIRECTOR

The Government shall grant the Director of the Centre and his deputy such legal facilities as are necessary for the discharge of their functions.

Article 13

FOREIGN STAFF MEMBERS

Staff members of the Centre who are not of Brazilian nationality or do not have permanent residence in Brazil shall be exempt from taxes on their salaries, benefits and other emoluments received from the Centre.

Article 14

OFFICIALS ON ASSIGNMENT CONTRACT AND INTERNATIONAL SPECIALISTS

The Director of the Centre shall communicate to the Ministry of Foreign Affairs a list of officials on assignment contract and other international specialists sent to the country on official mission to the Centre, for its information and for the purpose of any privileges or prerogatives to which they may be entitled under the legislation in force.

V. GENERAL PROVISIONS

Article 15

SETTLEMENT OF DISPUTES

Any dispute regarding the application or interpretation of the provisions of this Agreement shall be submitted for settlement by a procedure agreed upon between the Government and the Governing Council, in accordance with international custom.

Article 16

AMENDMENTS

This Agreement may be amended by agreement between the Government and the Centre.

Article 17

VALIDITY

This Agreement shall enter into force on the date on which the Government notifies the Centre, through the diplomatic channel, that its internal legal formalities have been completed. Either Party may notify the other of its desire to denounce this Agreement, giving one year's notice.

DONE at Brasília on 15 December 1989, in two originals in the Portuguese language.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[*Signed*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the Latin American
Physics Centre:

[*Signed*]

JUAN JOSÉ GAMBIAGI

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE CENTRE LATINO-AMÉRICAIN DE PHYSIQUE RELATIF AUX OBLIGATIONS, DROITS ET PRIVILÈGES DU CENTRE EN TERRITOIRE BRÉSILIEN

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil (ci-après dénommé « le Gouvernement ») et le Centre latino-américain de physique (ci-après dénommé « le Centre »),

Considérant la résolution 2.121 de la Conférence générale de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (Unesco) en date du 1^{er} décembre 1970, ainsi que la résolution 72 du Conseil exécutif de cette Organisation en date du 7 juin 1961,

Considérant qu'en vertu desdites résolutions, le Gouvernement a offert d'établir le siège du Centre en territoire brésilien,

Considérant que les pays intéressés ont signé le 26 mars 1962 un Accord instituant le Centre latino-américain de physique², lequel est entré en vigueur le 10 juin 1965,

Considérant que par le Décret n° 54.289 du 16 septembre 1964, le Gouvernement a promulgué l'Accord instituant le Centre latino-américain de physique², et

Considérant que le paragraphe 2 de l'article X de l'Accord susmentionné prévoit que le Gouvernement et le Centre concluront un Accord par lequel le Gouvernement assurera au Centre les droits et privilèges d'un organisme international de caractère intergouvernemental,

Sont convenus de ce qui suit :

I. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier

PERSONNALITÉ ET CAPACITÉ JURIDIQUE

Le Gouvernement reconnaît au Centre une personnalité juridique propre et la capacité d'acquérir des droits et de contracter des obligations en vue de l'exécution d'actes juridiques inhérents à l'exercice de ses fonctions, conformément à la législation brésilienne.

¹ Entré en vigueur le 22 novembre 1991, date à laquelle le Gouvernement brésilien a informé le Centre de l'accomplissement de ses formalités internes, conformément à l'article 17.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 539, p. 67.

II. RECONNAISSANCE, REPRÉSENTATION ET OBJECTIFS DU CENTRE

Article 2

RECONNAISSANCE ET FONCTIONS

Le Gouvernement reconnaît le siège établi par le Centre au Centre brésilien de recherches physiques en la ville de Rio de Janeiro, siège dans lequel le Centre exercera les fonctions qui lui ont été attribuées par son Conseil d'administration, conformément aux dispositions de l'Accord constitutif.

Article 3

REPRÉSENTATION

Le Centre est dirigé par un Directeur qui est son représentant légal, par délégation du Conseil d'administration.

Article 4

OBJECTIFS

Les objectifs principaux du Centre sont les suivants :

a) Effectuer des recherches scientifiques et organiser l'enseignement spécialisé dans le domaine des sciences physiques, en s'attachant au premier chef à la formation et au perfectionnement des chercheurs et des professeurs d'université en Amérique latine ainsi qu'à la coordination des efforts entrepris pour mettre en œuvre des programmes de grande envergure dans le domaine de la physique;

b) Aider à la création de groupes de recherche dans le domaine de la physique, notamment dans les pays où il n'existe pas encore;

c) Mettre en œuvre des programmes spéciaux dans les diverses branches de la physique où de tels programmes sont nécessaires en vue de résoudre en particulier les problèmes qui présentent un intérêt national pour un ou plusieurs Etats membres et en fournissant les conseils techniques qui pourraient être demandés.

III. FINANCEMENT DU BUREAU

Article 5

BUDGET DU CENTRE

5.1. Le Conseil d'administration affectera à l'entretien du Centre, la dotation qui sera approuvée à cette fin dans le programme budgétaire pertinent, ainsi que les autres ressources qui pourraient être allouées à cette fin.

5.2. Les ressources financières dont dispose le Centre sont constituées par :

a) Les contributions annuelles des Etats membres;

b) Les dons, legs et subventions qu'il pourra recevoir;

c) Les autres sources autorisées par la loi.

IV. PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS

A. DE CARACTÈRE INSTITUTIONNEL

Article 6

PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS D'ORDRE GÉNÉRAL

Le Gouvernement reconnaît que le Centre jouit, sur le territoire brésilien, des privilèges et immunités qui lui sont nécessaires pour exercer ses fonctions et atteindre ses buts, conformément aux dispositions du paragraphe 2 de l'article X de l'Accord constitutif, et conformément à la législation brésilienne.

Article 7

INVOLABILITÉ

Les locaux, les biens, les archives et la correspondance du Centre seront inviolables et ne pourront faire l'objet de perquisition, de réquisition ou d'une mesure d'exécution.

Article 8

CONDITIONS EN MATIÈRE DE DEVISES ET DE CHANGE

Le Centre jouit, en matière de réglementation de transfert de devises, des facilités accordées par le Gouvernement pour son bon fonctionnement.

Article 9

IMPÔTS

Le Centre jouit de l'exemption fiscale en ce qui concerne les impôts accessoires sur l'importation ou l'exportation, pour son usage officiel d'objets de caractère technique ou scientifique, dont la liste sera préalablement soumise au Ministère des relations extérieures. Les objets importés en franchise douanière ne pourront être vendus sur le territoire brésilien.

Article 10

COMMUNICATIONS

Le Centre jouit, au Brésil, pour ses communications officielles, de facilités semblables à celles qui sont accordées par le Gouvernement à des organismes assimilés, en matière de priorités, de tarifs et de taxes sur les communications postales et télégraphiques.

Article 11

FONCTIONNAIRES

Dans le cadre des normes juridiques en vigueur, le Gouvernement prendra les mesures qu'il jugera opportunes pour faciliter l'entrée, la sortie et le séjour sur le territoire brésilien :

- a) Des représentants des Etats membres du Centre latino-américain de physique aux réunions organisées par le Centre;
- b) Des membres du Conseil d'administration et de leurs suppléants;
- c) Des fonctionnaires et conseillers qui ne sont pas de nationalité brésilienne, convoqués par le Directeur pour participer aux travaux du Centre latino-américain de physique.

B. DE CARACTÈRE PERSONNEL

Article 12

LE DIRECTEUR

Le Gouvernement accordera au Directeur du Centre et à son remplaçant légal les facilités nécessaires à l'exercice de leurs fonctions.

Article 13

FONCTIONNAIRES ÉTRANGERS

Les fonctionnaires du Centre qui ne sont pas de nationalité brésilienne et n'ont pas de résidence permanente au Brésil sont exonérés d'impôts sur leurs salaires, indemnités et autres émoluments qui leur sont versés par le Centre.

Article 14

FONCTIONNAIRES CONTRACTUELS ET SPÉCIALISTES INTERNATIONAUX

Le Directeur du Centre communiquera au Ministère des relations extérieures la liste des fonctionnaires engagés par contrat pour des tâches définies et des autres spécialistes internationaux envoyés dans le pays en mission officielle du Centre, aux fins d'information et aux fins de toutes mesures de courtoisie ou prérogatives qui leur seraient applicables conformément à la législation en vigueur.

V. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 15

SOLUTION DES DÉSACCORDS

Tout désaccord sur l'application ou l'interprétation des dispositions du présent Accord sera soumis à une procédure de règlement établie d'un commun accord entre le Gouvernement et le Conseil d'administration, conformément à la coutume internationale.

Article 16

AMENDEMENTS

Le présent Accord pourra être amendé par entente entre le Gouvernement et le Centre.

Article 17

VALIDITÉ

Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle le Gouvernement aura informé le Centre, par la voie diplomatique, de l'accomplissement de ses formalités légales internes. Chacune des Parties pourra notifier à l'autre son désir de dénoncer le présent Accord, avec préavis d'un an.

FAIT à Brasília, le 15^e jour du mois de décembre 1989, en deux exemplaires originaux en langue portugaise.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Centre latino-américain
de physique :

[Signé]

JUAN JOSÉ GAMBIAGI

